

A derrota de Trump



Por JORGE BRANCO*

Biden não vai inverter a política de austeridade imposta à economia mundial, mas a derrota de Trump abre flancos na guerra de posições entre os trabalhadores e os super ricos

Para que o golpe militar de abril de 1964 no Brasil tivesse sucesso e o regime autoritário tivesse fôlego para se consolidar, foi muito importante o papel do governo estadunidense do Presidente democrata Lyndon Johnson.

Mais de dez anos após, com a eleição do democrata Jimmy Carter em 1976, o governo estadunidense passou a pressionar o Brasil em casos de desrespeito aos direitos humanos e, com isto, começou a erodir o apoio internacional à ditadura brasileira.

Se ambos os presidentes ‘ianques’ eram governos do Partido Democrata, se ambos eram apoiados pelo mesmo bloco de forças e representavam os mesmos interesses econômicos, as mesmas frações burguesas e mantiveram, fundamentalmente, a mesma política internacional, a mesma política imperialista de garantir a “América para o americanos”, o que mudou? O que fez com que governos do mesmo partido tivessem posições diferentes sobre a ditadura brasileira?

Uma resposta exaustiva à essa pergunta deve levar em consideração distintos e complexos aspectos. Desde a situação econômica global aos aspectos de conflito entre diferentes grupos das elites políticas locais. Não é o caso de tratarmos aqui. Mas um elemento foi decisivo e salta aos olhos: a partir da tragédia da Guerra do Vietnam, da consolidação das ditaduras na América Latina e da luta por direitos civis cresceu um forte movimento social de contestação da política intervencionista e imperialista dos EUA. A pressão da opinião pública, a mobilização de vários setores à esquerda e a adesão de grande parte da juventude e de setores médios das grandes cidades estadunidenses à crítica ao papel dos estados Unidos no mundo foi decisiva para que o governo Carter tivesse que recuar em seu apoio orgânico às ditaduras, entre elas a do Brasil.

O resultado das eleições presidenciais nos Estados Unidos, ocorrida agora em novembro de 2020, indica a formação de um colégio eleitoral favorável à Joe Biden e sua vice, Kamala Harris, do Partido Democrata. A vitória de um é obviamente a derrota de seu oponente, neste caso a derrota de Donald Trump.

Muito tem se dito que há pouca diferença, no fundamental, entre Biden e Trump. Em certa medida isto é verdadeiro. São expressões de um mesmo grande campo de interesses econômicos e de uma razão comum, a razão neoliberal e sua política de austeridade, destruição de direitos e contestação de soberanias e autonomias de outros povos e nações.

Porém não é toda a verdade. Se ambos expressam esta razão neoliberal, não o fazem com a mesma estratégia, tampouco não a aplicam com os mesmos métodos e com os mesmos sujeitos. Trata-se de reconhecer a distinção entre um bloco neoliberal humanista e um bloco neoliberal reacionário, na distinção proposta por Nancy Fraser. Entre um bloco que opta pela hegemonia política, incluindo para dominar, e um bloco que opta pela supressão como modo da dominação.

Se ambas resultam na dominação de uma mesma razão e de um mesmo grande bloco, o que importam as diferenças? Importam muito para aqueles que querem subverter essa dominação.

Trump é a liderança de um forte reposicionamento da direita reacionária no mundo que, após anos de recuo e defensiva política, viu a crise macroeconômica crescer como uma oportunidade para se apresentar para o grande capital financeiro como a única corrente política capaz de manter suas altas taxas de acumulação com base na extirpação de direitos para o

que precisaria de uma disposição antidemocrática e de guerra. Aquilo que Heinrich Geiselberger chama de “a grande regressão”.

A política e a razão discursiva de Trump tornou-se base de legitimação e apoio não só à direita reacionária brasileira, capitaneada por Bolsonaro, mas também dos reacionários na Europa Ocidental, na Europa Oriental e na Ásia. Alemanha, Bélgica, Itália, Espanha, Suécia, Eslovênia viram crescer, nas últimas eleições, partidos reacionários e neofascistas. De governos reacionários como os da Hungria, Polônia, Áustria, República Tcheca, Índia, Ucrânia e Filipinas. De golpes políticos como os tentados na Venezuela e efetivado na Bolívia, já derrotado.

A derrota eleitoral de Trump é o grande fato político do momento e deve ser medido e compreendido em um contexto de combate à regressão neofascista e neoliberal.

Primeiro, porque sua derrota política e sua reação prometendo combate e denunciar possíveis fraudes no sistema eleitoral estadunidense aponta para uma crise bastante grande nas relações entre os grandes grupos empresariais com possíveis efeitos sobre este consenso reacionário.

Segundo, por que a derrota de Trump é também a expressão de uma forte reação dos movimentos sociais e de uma esquerda, em seu sentido amplo, que ao contestar as políticas reacionárias de Trump criou parcelas importantes das condições para sua derrota. O papel da esquerda socialdemocrata no interior do Partido Democrata, liderados por Bernie Sanders, Stacey Abrams e Alessandra Ocasio-Cortez, dos movimentos antirracistas, dos movimentos anti homofóbico, pelo movimento feminista, pela esquerda socialista anti Wall Street, foi decisivo para balançar o andaime do apoio popular à Trump.

Este resultado cria um novo quadro político de reação internacional ao neoliberalismo reacionário no mundo e assim deve ser lido o resultado do plebiscito no Chile e a vitória de Arce na Bolívia, revertendo um golpe de Estado promovido pela burguesia subordinada boliviana.

Não há aqui qualquer ilusão que Biden vá inverter a política de austeridade imposta à economia mundial, mas a derrota de Trump abre flancos nesta guerra de posições entre os trabalhadores e o super ricos.

***Jorge Branco** é doutorando em Ciência Política pela UFRGS.